



Participação da Sociedade civil no Diálogo Europa-Africa: reflexão e propostas da Plataforma Portuguesa das ONGD

Plataforma Portuguesa das ONGD (23/10/2007)

1) Contextualização – A Sociedade Civil no Diálogo Europa-Africa

Desde a Cimeira do Cairo, o contexto internacional e regional – no qual se inserem as questões do desenvolvimento – mudou significativamente, quer em termos económicos, políticos ou sociais. O aumento das interdependências ao nível internacional, a criação da União Africana, o crescente número de Estados-Membros da União Europeia, a aprovação do compromisso contido nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a atenção dada a estratégias de redução da pobreza e da dívida, entre outros factores, reflectem um novo contexto que dá um novo enquadramento ao diálogo político entre África e a Europa.

A Presidência Portuguesa da União Europeia, ao dar especial atenção ao Diálogo Euro-Africano e ao procurar que ele seja mais abrangente em termos de temáticas e inclusivo em termos de intervenientes, reforça as oportunidades para que as OSC reflectam sobre aquilo que realizaram no passado, sobre as dificuldades e oportunidades actuais, bem como sobre os desafios futuros.

Tendo em conta estes antecedentes, bem como processos anteriores de análise e debate sobre o futuro das relações entre Europa e África, a Plataforma Portuguesa das ONGD, em colaboração com outras organizações e instituições europeias e africanas, está a trabalhar na organização de um Fórum da Sociedade Civil para o Diálogo Europa-Africa, que se realizará em Novembro deste ano em Lisboa. Este evento é encarado como um instrumento de análise política e de aprofundamento de compromissos mútuos, procurando abrir e alargar horizontes no diálogo entre a Europa e África e contribuir para um diálogo melhorado, tanto em termos de qualidade como de eficiência, garantindo uma implementação real e efectiva dos princípios chave que deveriam orientar as relações de todos os actores que têm influência neste diálogo para o desenvolvimento, como a apropriação, a parceria, a inovação e a integridade.

2) Perspectivas e Institucionalização do diálogo – Aspectos gerais

Relativamente à participação da sociedade civil no desenho e na implementação das parcerias entre África e Europa, a Plataforma Portuguesa das ONGD sublinha algumas ideias forças e princípios de base, que cremos que deverão aparecer transversalmente na definição de uma Estratégia conjunta, dos “clusters” e parcerias nelas identificadas, incluindo os formatos de arquitectura institucional a partir da qual a estratégia será implementada:

- As entidades regionais e internacionais devem assegurar *fora* apropriados de participação das ONGs e outros actores da sociedade civil, em diferentes níveis, incluindo o sub-regional e local, tanto na fase de conceptualização quanto de implementação da relação estratégica entre ambos os continentes – evitando

a criação de espaços de legitimação de decisões que tenham sido tomadas previamente ou consultas limitadas, seja pelo seu formato seja pelo tempo e meios disponíveis

- No que se refere ao processo de monitorização e preparação das reuniões de avaliação e acompanhamento de uma Estratégia conjunta, assegurar – dentro do desenho da arquitectura institucional –, que as condições para que a participação seja realizada em tempo útil, o que implica comunicar atempadamente toda a informação e documentação relevante para um acompanhamento adequado dos processos, para que as OSC possam se preparar com tempo suficiente. Estas condições sendo particularmente importantes para as OSC de África para quem o processo de “retroalimentação” entre estruturas de base e redes de representação nacional/regional, pode ser mais demorado em comparação com a suas congéneres europeias.
- Nos principais momentos políticos - como é o caso das Cimeiras inter-continetais -, bem como nos encontros intergovernamentais ligados a estes processos - assegurar que existam espaços reais de participação das organizações da sociedade civil, de forma a garantir uma participação útil e relevante destes actores nas futuras orientações do relacionamento entre Europa e África.
- Estudar e avaliar os mecanismos de relação e consulta com a sociedade civil que foram criados em processos afins, de forma a identificar melhores práticas que possam ser replicadas, ajustando-as ao contexto político-cultural dos parceiros e continentes em causa.
- Elaborar, num processo colaborativo e aberto, critérios transparentes para a participação da sociedade civil nestes processos, em diferentes níveis. Criar/desenvolver as condições mínimas para que esta participação seja efectiva tanto a nível regional como sub-regional e local. Um formato poderá ser via a criação de grupos temáticos separados por “clusters”/parcerias
- Reconhecer e apoiar a participação da sociedade civil não só nos processos de monitorização, mas também – ao nível operativo - como parceiro na implementação das estratégias. Dentro deste contexto, fomentar a criação de respostas efectivas destinadas a melhorar a implementação das parcerias estratégicas – dentro do contexto mais amplo de cumprimento dos objectivos de desenvolvimento definidos, entre outros, durante a Cimeira do Milénio.

3) Propostas de participação no contexto da Cimeira de Lisboa

Atendendo aos pontos anteriores e sublinhando o facto da Estratégia Conjunta Europa-Africa se caracterizar por uma orientação para parcerias centradas nas pessoas e de diálogo contínuo, a Cimeira de Lisboa representa um momento único para dar um impulso concreto a esta afirmação, sendo a ocasião para os decisores políticos presentes de demonstrar um compromisso real e uma coerência imediata entre o discurso e a prática.

A participação da sociedade civil nos processos oficiais e em Cimeiras ao nível internacional é uma realidade já “institucionalizada” em vários espaços e âmbitos, nomeadamente no sistema das Nações Unidas – , cujos resultados tendencialmente tem trazido importantes benefícios, nomeadamente em termos da maior riqueza do processo dado por uma circulação dinâmica de ideias entre as diferentes partes envolvidas nas questões do desenvolvimento. A criação de um espaço de diálogo no âmbito da recente Cimeira EU-América Latina de Viena é outro exemplo positivo de abertura dos processos formais a outros actores.

Pelo contrário, a não participação da sociedade civil poderá trazer uma imagem negativa sobre o processo, particularmente pelo facto anteriormente de este ter-se focalizado aspectos de participação da sociedade civil, tanto no processo de elaboração de uma estratégia conjunta e plano de acção (mesmo com as limitações que foram várias vezes sublinhadas em relação a este ponto), quanto no conteúdo das propostas apresentadas.

Assim, a Plataforma Portuguesa das ONGD acredita que é fundamental garantir a participação dos actores não estatais no processo da Cimeira Europa-Africa de Dezembro próximo e apoiando e reforçando todas as diligências que possam ser feitas neste sentido pela Presidência Portuguesa da União Europeia junto das suas contraparte neste processo.

Em termos de formato, privilegia-se uma abordagem temática durante a Cimeira, permitindo discussões e debates de conteúdo sobre algumas das matérias que representam o “pilare” desta Estratégia Conjunta, tais como as questões de governação, de comércio, paz e segurança, etc.

Muitas Organizações da Sociedade Civil têm acompanhado de perto estas questões, elaborando análises e sugerindo recomendações em vários níveis, incluindo o político, cujo conteúdo certamente poderá representar uma mais-valia para qualquer discussão que possa ser realizada sobre estas matérias.

Reconhecendo também a diversidade de contributos, fruto da própria identidade multifacetada da sociedade civil – tanto na Europa quanto em África e para evitar a diluição das principais mensagens que estas análises trazem em termos de visão de futuro sobre as relações Europa-Africa, sugere-se que possam ser estruturados espaços formais de informação e partilha onde estas ideias possam ser comunicadas para os decisores políticos de Europa e África.

Acreditamos que os resultados do Fórum da Sociedade Civil para o Diálogo Europa-Africa poderão contribuir positivamente na construção deste processo de diálogo e parceria, entre todos os agentes interessados no desenvolvimento de uma relação mais justo e equilibrada entre ambos os continentes, assente em conceitos chaves tais como desenvolvimento, parcerias e *ownership*.

Aquele Fórum prevê a participação equilibrada entre representantes da sociedade civil de África e Europa e, simultaneamente, a criação de um espaço de confluência de diversos processos e de parcerias Europa-Africa já existentes. Nele será debatida uma visão sobre o processo de diálogo no seu contexto mais amplo mas também questões mais específicas ligadas ao desenvolvimento, ao comércio, às migrações, à governação e à cooperação.

Este processo resultará numa declaração política conjunta, reforçada por recomendações concretas – dirigido não só aos decisores políticos mas também, introspectivamente, às OSC. A Cimeira será, pois, um espaço e uma oportunidade única para que dois representantes de Sociedade Civil, de ambos os continentes, apresentem, em nome das Organizações presentes no Fórum, a visão sobre o presente e o futuro desta relação, sugerindo vias e mecanismos para o seu reforço.

É neste sentido que queremos, mais uma vez, salientar a importância de assegurar uma participação efectiva dos actores não estatais – e como partes deles, as OSC representadas neste Fórum de Novembro - cujos conteúdos e participantes serão o reflexo de várias das iniciativas realizadas em diferentes espaços e coordenados por diversos actores, mas todos orientados para o mesmo caminho de, através de uma diálogo reforçado, fortalecer os laços entre as sociedades europeias e africanas e desta forma contribuir para um desenvolvimento onde todos tenham a ganhar.